

**Ensinar e aprender a história de Santa Catarina: o uso da Revista
História Catarina em sala de aula como um recurso/fonte à
aprendizagem histórica significativa**

Tania Cordova¹

RESUMO: A exemplo da viragem historiográfica, iniciada na França, no final dos anos 20 do século XX, sob a condução de Marc Bloch e Lucien Febvre, que imprimiu novos objetos, novos sujeitos, novas abordagens e novas ressignificações aos processos historiográficos, o ensino de História precisa, também, operar com novas ferramentas que oportunizem ao professor novas reflexões acerca da prática pedagógica, e ao aluno, novas aprendizagens. Nessa perspectiva, o propósito deste texto é apresentar a produção escrita da Revista História Catarina como um recurso/fonte ao ensino de história. A produção escrita desta Revista configura uma significativa fonte de pesquisa para o professor, uma vez que é produzida a partir das matrizes do conhecimento histórico catarinense veiculado nas Universidades e nos Institutos Histórico, Geográfico e Genealógico. Ao abordar a Revista História Catarina como um recurso à aprendizagem histórica, o faz a partir da seleção de três temáticas publicadas na revista nos anos de 2007 e 2013 e que são pertinentes ao contexto da educação contemporânea. São elas: a formação étnica catarinense, as populações africanas no estado e as populações indígenas. O uso desta Revista, em sala de aula, tem possibilitado ao ensino da história catarinense aproximar os saberes históricos e o conhecimento prévio do aluno. A aproximação destas duas frentes oportuniza a construção de uma aprendizagem histórica significativa.

Palavras-chave: Ensino de História; Aprendizagem Significativa; Recurso Didático.

**Teaching and learning the history of Santa Catarina: the use of Catarina
Magazine History in the classroom as a resource / source significant historical
learning**

ABSTRACT: Like the historiographical shift that began in France in the late 20s in the 20th century, under the leadership of Marc Bloch and Lucien Febvre, who printed new objects, new subjects, new approaches and new significations to historiographical processes, the teaching of history must also operate with new tools that the teacher enables new reflections on teaching practice and student learning new. In this perspective, the purpose of this paper is to present the writing of History Catarina Magazine as a production resource / source to teaching history. The writing in this Magazine constitutes a significant resource for the teacher, since it is produced from the headquarters of Santa Catarina historical knowledge transmitted in universities and institutes Historical, Geographical and Genealogical. In addressing

¹ Doutoranda em Educação – PPGE/UDESC. taniacordova@bol.com.br

the history Catarina Magazine as a historical resource makes learning from a selection of three themes published in the magazine in the years 2007 and 2013 which are relevant to the context of contemporary education. They are: Santa Catarina's ethnic background, African populations in the state and indigenous peoples. The use of this Magazine in the classroom, has allowed the teaching of history Catarina approaching historical knowledge and prior knowledge of the student. The approach of these two fronts favors the construction of a significant historical learning.

Keywords: Teaching of History; meaningful learning; teaching resource.

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2006 passa a circular, no estado catarinense, o primeiro número da Revista História Catarina². Entre os textos que compõem a primeira edição encontra-se o texto escrito pela professora, Doutora em História, Luciana Rossato³, intitulado “*O olhar sensível de quem viu a ilha no século XIX*”. Neste artigo, a autora apresenta informações sobre os interesses dos europeus em conhecer e explorar novas terras no final do século XVIII e início do Século XIX, e em especial, a ilha de Santa Catarina.

O texto, produzido por Rossato, constitui uma importante referência ou fonte para a pesquisa em sala de aula, pois a partir dele o professor pode retomar ou verticalizar os conhecimentos trabalhados em conteúdos como a expansão marítima europeia, os interesses marítimos e comerciais europeus, a difusão do conhecimento científico, as práticas cotidianas e as formas de organização dos diferentes grupos sociais. Ao mobilizar estes conhecimentos, aproximando-os dos contextos vividos pelos grupos sociais que habitaram a ilha de Santa Catarina no final do século XVIII e início do XIX, o professor cria para o aluno uma situação de aprendizagem significativa, uma vez que ao dimensionar e relacionar fatos e acontecimentos da história nacional com a história regional ou local possibilita a este produzir um novo sentido acerca dos conhecimentos históricos.

² A Revista História Catarina foi idealizada pelo historiador Cláudio da Silveira e tem como objetivo divulgar a produção histórica das diferentes instituições de pesquisa no estado catarinense. Esta Revista está vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (<http://www.ihgsc.org.br>).

³ Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, atua na Graduação em História e no programa de Pós-Graduação em História (linha de pesquisa Culturas Políticas e Sociabilidades).

Nessa perspectiva, o artigo publicado por Rossato e, posteriormente, toda a produção da Revista História Catarina, apresenta-se como um importante veículo de informação para a história do estado catarinense e oferece aos professores, - em processo de formação e aos que já atuam como profissionais da educação -, nos diferentes níveis de ensino (Educação Básica e Ensino Superior), subsídios formativos que auxiliam na construção do conhecimento histórico em sala de aula.

O propósito deste trabalho é apresentar a produção da Revista História Catarina como um recurso ao trabalho docente. Entende-se que a exemplo da viragem ocorrida na historiografia, desde a renovação francesa de Marc Bloch e Lucien Febvre aos dias de hoje, quando a pesquisa em História dá início à inserção de novas fontes/documentos, possibilitando novos olhares para os processos históricos, o ensino de História, também, precisa operar com novas ferramentas que oportunizem ao professor novas reflexões acerca da prática pedagógica, assim como, ao aluno, novas aprendizagens. Aprendizagens estas mais próximas às experiências vividas pelo aluno e que lhe possibilite apropriações e ressignificações de conhecimentos que imprimam novos sentidos à história.

Para tal, o texto percorrerá algumas possibilidades de ensino utilizando temas publicados na Revista História Catarina. Assim, foram selecionadas três edições. A primeira, publicada em 2007, diz respeito a quarta edição, e apresenta ao leitor um Dossiê composto por textos cuja temática envolve a diversidade étnica que forma a população em Santa Catarina. A segunda edição traz uma seleção de textos cuja temática apresenta pesquisas sobre a presença das populações de origem africana em Desterro, antigo nome da capital catarinense. Esta seleção foi publicada em 2013 na edição de número 53. A terceira abordagem apresenta, também, um Dossiê temático, que a exemplo da edição 53, dimensiona a presença das populações indígenas no estado catarinense. Esta temática foi publicada em 2013, na edição de número 54.

Da perspectiva do ensino de história, avalia-se que as três temáticas selecionadas, para a escrita deste texto, são pertinentes ao cenário da educação contemporânea.

POR QUE ESTUDAR HISTÓRIA?

Conforme disposto nas propostas curriculares, o ensino de História está presente nos níveis de ensino da Educação Básica (Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Séries Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio), e compõe, juntamente com a disciplina de Geografia, uma das bases essenciais do conhecimento das ciências humanas.

Provavelmente, o professor da disciplina de História já deve ter se deparado com a pergunta “Por que estudar História?”, uma vez que é comum os estudantes questionarem sobre a real função da disciplina de História. Estuda-se o passado para que? Com qual objetivo? Há alguma relação entre o que passou e o tempo presente?

Uma das frases mais encontradas em textos relacionados ao assunto e das mais repetidas por professores em suas explicações iniciais sobre o porquê da disciplina é que “estuda-se a História para compreender o presente e criar os projetos do futuro” (BITTENCOURT, 2004, p. 120). Todavia, as finalidades do ensino desta área do conhecimento não se limitam a esta frase.

A História, enquanto ciência que configura os conhecimentos produzidos pelas sociedades humanas ao longo do tempo, precisa ser dimensionada no contexto escolar e instrumentalizada enquanto recurso à sensibilização do sujeito. O ensino de história é fundamental para a compreensão dos processos históricos e para a sua articulação com o atual contexto. Nesse sentido, o ensino de história possui papel relevante na construção de uma percepção de sujeito enquanto partícipe dos processos históricos.

As propostas curriculares nacionais, incluindo a Proposta Curricular de Santa Catarina, afirmam que o ensino de História tem como finalidades: contribuir para a formação do cidadão crítico, para a formação política e para a formação intelectual.

A formação intelectual, propiciada pelo ensino de História, deve ocorrer por intermédio de um compromisso de criação de instrumentos cognitivos para o desenvolvimento de um ‘pensamento crítico’, o qual se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de observar e descrever, estabelecer relações entre presente – passado – presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado (BITTENCOURT, 2004, p.122).

Instrumentalizar cognitivamente o aluno no sentido de que este não só compreenda a finalidade do conhecimento histórico, mas se torne capaz de ressignificá-lo na sua relação com a sociedade, com a realidade que o cerca, é um dos eixos norteadores do ensino de história. E, para que tal se efetive, é preciso sensibilizar o aluno para a questão: “Por que estudar História?”.

Uma proposta inicial é fazer com que o aluno comece a perceber o sentido da História. Para isso, o professor pode organizar problematizações que oportunizem ao mesmo relacionar a função da História com o seu cotidiano. Propor, ainda, questões que levem o aluno a compreender que retomar informações do passado permite perceber como este influencia o tempo presente e, possivelmente, a própria existência do sujeito.

Ao instigar o aluno a interrelacionar passado e presente, inicia-se o processo de sensibilizá-lo em relação ao sentido da História, uma vez que ele passará a compreender a aproximação entre o conhecimento prévio e individual e o conhecimento histórico. Pode-se, ainda, motivar o aluno a questionamentos sobre a relação existente entre essa reflexão acerca da memória individual e a História que se estuda na escola e nos livros.

Este é também um bom momento para esclarecer ao aluno que, da mesma maneira que a história de vida de cada um contribui para a construção da identidade dele, também os vários processos históricos ocorridos ao longo dos anos são essenciais para a compreensão da sociedade e do mundo contemporâneo. Essenciais inclusive, para entender, comparar e formar opiniões sobre a maneira de viver e pensar nos dias de hoje (BERUTTI; MARQUES, 2009).

É nesse movimento que a Revista História Catarina entra como recurso didático em sala de aula, pois auxilia na construção de estratégias pedagógicas que oportunizam não só o dimensionamento dos conhecimentos históricos locais e regionais, mas a relação destes com a Macro-História (Nacional e Mundial) contida nos currículos escolares. O trabalho com a História local e regional no ensino possibilita a construção de uma história mais plural, que dá voz e vez às multiplicidades das realidades históricas.

A REVISTA HISTÓRIA CATARINA: UM NOVO RECURSO PARA UMA NOVA FORMA DE ENSINO DA HISTÓRIA EM SALA DE AULA

Um dos objetivos do ensino de História está relacionado à sua contribuição na constituição de identidades. A identidade nacional é “uma das identidades a ser constituída pela História escolar, mas por outro lado, enfrenta o desafio de ser entendida em suas relações com o local e o mundial” (BITTENCOURT, 2004, p.121).

A Revista História Catarina, como recurso ao ensino, visa contribuir neste desafio para a produção do conhecimento histórico a partir da articulação entre o local, o regional, o nacional e o mundial. Um dos objetivos da revista é prover subsídios para a reinvenção e o enriquecimento dos conhecimentos construídos na sala de aula e, ainda, configurar-se em uma importante referência para a pesquisa, uma vez que é produzida a partir das matrizes do conhecimento histórico catarinense: Universidades e os Institutos Históricos, Geográficos e Genealógicos.

Um exemplo desse trabalho é a edição de número 4 da Revista História Catarina, lançada em 2007. Edição na qual o Dossiê traz como temática a diversidade étnica que forma a população no estado de Santa Catarina. Nos artigos publicados nessa edição, os autores não só apresentam aspectos que caracterizam os diferentes grupos étnicos estabelecidos nas distintas regiões do estado, mas disponibilizam informações que podem levar o aluno a compreender diferentes nuances da História mundial, nacional, regional e local. As informações apresentadas podem ser dimensionadas e relacionadas com temas presentes no currículo da disciplina de História, propiciando ao aluno uma compreensão mais significativa do processo de ocupação e construção da identidade brasileira e catarinense.

Entre os temas que podem ser abordados, encontram-se, por exemplo, o contexto dos países europeus no final do século XIX. Neste tema o professor pode enfatizar as questões econômicas pelas quais passaram alguns países europeus bem como delinear o cenário instável causado por guerras e conflitos, entre outras situações que fizeram com que muitos grupos, de diferentes países da Europa, optassem por abandonar suas vidas costumeiras, lançando-se em busca de novas possibilidades, postas em novas terras, entre elas o Brasil. Outras temáticas podem ser abordadas com o auxílio dos textos da referida edição da Revista História

Catarina, entre elas estão: a necessidade de um novo tipo de mão de obra no Brasil, uma vez que a escravidão havia sido abolida (13 de maio de 1888); as ações engendradas pelo governo brasileiro ao incentivar o processo de entrada de diversos grupos étnicos no país, ou ainda, o projeto de branqueamento da nação brasileira propiciada pela significativa circulação de europeus no país.

Outra possibilidade de uso da Revista História Catarina como recurso pedagógico, é apresentada na edição de número 53, publicada em 2013. Essa edição apresenta um Dossiê temático sobre a presença das populações de origem africana em Desterro⁴. A temática destacada nesta edição encontra-se em concordância com as proposições para o ensino de história, na contemporaneidade, que busca dar visibilidade aos grupos sociais que durante muito tempo ficaram à margem da historiografia oficial.

Em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino da História e Culturas Africana e Afro-brasileira no currículo da Educação Básica. A partir deste período, o ensino da História e de outras áreas do conhecimento vem se reorganizando, com o intento de inserir esse grupo étnico que, até então, havia sido esquecido, invisibilizado pela historiografia oficial ou que, quando inserido no contexto social, ficou relegado à condição de escravo, servindo apenas como mão de obra que movimentou a economia do país em um dado momento histórico.

A inserção da História da África e dos africanos nos currículos da Educação Básica e dos Cursos de Graduação, em especial ao da Licenciatura em História, tem demandado a produção de materiais que auxiliem no ensino, visando dimensionar a presença, as contribuições, as transformações causadas pelas populações africanas no país. Nesse aspecto, a Revista História Catarina procura auxiliar o professor na construção de uma aprendizagem acerca deste grupo étnico que está na gênese do povo brasileiro.

Nos textos, elaborados por pesquisadores da temática em Santa Catarina, os autores têm o intuito de desmitificar uma série de equívocos e preconceitos firmados no imaginário regional e nacional, e visam valorizar e dar visibilidade não

⁴ Desterro foi o primeiro nome dado à capital catarinense. Em 1894, com o fim da Revolução Federalista, o governador Hercílio da Luz altera o nome da capital para Florianópolis como forma de homenagear o então presidente da República Floriano Peixoto.

só à presença africana, mas às práticas engendradas por estas populações, afirmando-os como sujeitos dos processos aos quais estavam inseridos, ou ainda, enquanto sujeitos que circulavam no contexto social apropriando-se e ressignificando situações que foram dando novos tons à sociedade brasileira. De maneira geral, o objetivo do Dossiê é tirar as populações africanas da condição de invisibilidade e submissão, colocando-as em circulação no contexto social.

Entre os textos apresentados nesta edição, destaca-se a “Educação de afrodescendentes em Santa Catarina”. Neste artigo, o autor mostra que, apesar das dificuldades impostas pela condição de escravo, as pessoas negras acessavam os espaços escolares, e, quando havia impossibilidade de frequentarem estes espaços, buscavam outras formas de se apropriarem de uma cultura letrada, inclusive, por exemplo, pagando professores particulares.

Em outro artigo, intitulado “Sobre a pia batismal”, o pesquisador problematiza a questão da inserção do negro no mundo cristão. Para o autor, o batismo configurava-se como uma tática de adentramento na cultura, até então restrita às populações brancas. Era pelo batismo que os negros se inseriam no mundo cristão. Além dessa inserção, os africanos e/ou seus descendentes buscavam também constituir ou reforçar laços afetivos com seus senhores, uma vez que o batismo colocava a criança batizada sob a proteção do seu padrinho, que, geralmente, era o senhor desses escravos.

As formas de apropriação da cultura letrada pelas populações negras e, ainda, as táticas de adentramento na cultura “branca”, pelo viés do batismo problematizadas nestes artigos, dizem bem acerca do que Certeau (1994) define como os desvios impostos às estratégias. Para este autor, as estratégias são os planejamentos, as normas, as condutas impostas pelas classes dominantes como forma de regular a vida cotidiana. Já as táticas são as maneiras de fazer, os usos que se fazem das estratégias. As táticas são as formas de desviar os caminhos impostos pelas estratégias. Ao adentrar o universo da “cultura branca”, ou apropriar-se de uma cultura letrada, que até as primeiras décadas do século XX, ficou restrita às classes dominantes, o escravo, ou o escravo alforriado, rompia com a configuração de uma sociedade imposta pelas classes dominantes.

Os textos deste Dossiê possibilitam, ainda, ao professor apresentar ao aluno uma significativa quantidade de informações que deve levá-lo a tensionar a

presença dos africanos no cenário urbano com as atividades exercidas por estes, nesse mesmo cenário. Para tal, alguns questionamentos podem ser apresentados ao aluno, como por exemplo: Qual a condição de vida destes africanos e afro-brasileiros na cidade de Desterro?, Como a cidade foi se reorganizando para abrigar estes habitantes?, Que táticas os afrodescendentes usavam para sobreviverem no contexto social e econômico de Desterro?, De que forma as populações africanas foram interferindo nos espaços da cidade de Desterro?, entre outros objetivos de aprendizagem que conduzem o aluno a compreender a presença das populações africanas na sociedade brasileira e as transformações no contexto social a partir da circulação destes grupos. E, ainda, reconhecer a importância dos povos africanos e afrodescendentes para a construção da História do Brasil, bem como perceber que as populações africanas e afrodescendentes não foram somente receptoras de elementos culturais, mas, também, produtoras, transmissoras e mantenedoras da cultura.

Semelhante à proposta do dossiê que apresenta a presença das populações africanas em Desterro, a edição de número 54 traz a temática sobre a História das Populações Indígenas em Santa Catarina. Esse Dossiê reúne textos de autoria de pesquisadores da temática e tem como objetivo difundir saberes sobre as populações nativas do estado catarinense.

O ensino da temática “História e Cultura dos Povos Indígenas” tornou-se obrigatório nas escolas de Ensino Fundamental e Médio de todo o país, em 2008, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.645.

Essa ação não configura uma disciplina nova no currículo escolar, mas uma orientação, uma diretriz para que as disciplinas de História, Geografia, Literatura e também as demais disciplinas busquem incorporar a contribuição dos povos indígenas à sociedade, uma vez que estas populações estão na gênese de formação do povo brasileiro.

A instituição dessa Lei cria, no cenário da educação brasileira, uma preocupação acerca do material didático e das formas como o ensino das populações indígenas vem sendo conduzido nos espaços escolares. A preocupação é pertinente, uma vez que durante muito tempo, a história das populações indígenas, assim como a dos africanos e afrodescendentes, ficou relegada à

invisibilidade histórica, à margem dos processos sociais que constituíram a nação brasileira.

Com a renovação do campo historiográfico, no final dos anos 20 século XX - quando a *Escola dos Annales* (Escola historiográfica francesa) imprime novos sentidos aos processos históricos - a história dos sujeitos, dos povos (entre eles a dos indígenas), das civilizações e dos grupos sociais, com suas respectivas práticas culturais e que até então haviam ficado à margem da história oficial, começa a ser revisitada, revalorizada, reinterpretada e reescrita.

No que diz respeito à renovação do campo historiográfico, é importante reforçar que foi a partir das contribuições da *Escola dos Annales*, sob a condução de Marc Bloch e Lucien Febvre, que o fato descrito, somente através dos documentos oficiais (documentos produzidos pelo Estado), deixa de ser visto como o único portador de uma verdade histórica irrefutável, uma vez que o fato histórico deveria ser produzido pelo historiador a partir do encontro entre o presente e o passado. Desta forma, a própria noção de documento/fonte também se amplia e deixa de ser apenas o registro escrito oficial para incorporar outras dimensões da produção humana.

Os historiadores vinculados à *Escola dos Annales* e, posteriormente, à Nova História – corrente historiográfica que corresponde à terceira geração dos *Annales* – abarcam em seus estudos históricos diferentes fontes/documentos, como a literatura, as imagens, a cultura material, entre outros objetos que possibilitam a escrita da história. No campo historiográfico, uma obra que se destaca sobre a ampliação e a problematização das fontes para a pesquisa histórica, assim como sua interpretação e escrita, é a coletânea lançada na década de 1970, na França, por Jacques Le Goff e Pierre Nora, intitulada *Faire de l'Histoire*. No Brasil, a coletânea foi organizada em três livros que receberam os seguintes títulos: História: novos problemas; História: novas abordagens, e História: novos objetos. Entre os temas propostos, essa coletânea procurou discutir a inserção de novas fontes na pesquisa histórica. Na introdução, os autores propunham o objetivo do trabalho afirmando que,

Obra coletiva e diversificada pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história (...) desejamos mostrar as articulações entre os diversos caminhos da pesquisa histórica contemporânea (...). A novidade parece-nos

estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história, novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história. (LE GOFF; NORA, 1976, p. 11-12).

As ressonâncias dessa coletânea, entre os pesquisadores no Brasil, podem ser constatadas no sentido de que trouxeram, para a produção historiográfica, novas percepções, novas abordagens, novos métodos, enfim, uma nova escrita para a História.

Nesse novo movimento historiográfico ou viragem historiográfica⁵, os agentes históricos como as populações indígenas, africanas e afrodescendentes, que por muito tempo foram mantidas na condição de vítimas passivas dos processos de conquista e colonização, vêm ganhando espaço no cenário da história no Brasil, e em consequência uma nova perspectiva, causada pelas mudanças teórico-metodológicas articuladas às pesquisas empíricas a respeito das populações nativas e populações introduzidas (os africanos foram introduzidos no Brasil), vem se delineando no cenário da educação brasileira.

Frente a esse novo cenário, os textos publicados na referida edição da Revista História Catarina configuram-se em materiais que auxiliam no rompimento e na desmistificação de uma visão estereotipada, onde o indígena ainda é representado como o sujeito que circula com “penas na cabeça, cara pintada, e se utiliza de arco e flecha para caçar animais selvagens”. Destaca-se que esta imagem, equivocada, perpassou, e ainda perpassa, o imaginário social quando se evoca saberes sobre os primeiros habitantes do Brasil e, ainda, que compôs/compõe as imagens dos livros didáticos que circulam nos espaços escolares.

Um exemplo da visão distorcida sobre as populações indígenas, e que ainda permanece no imaginário coletivo, diz respeito ao Dia do Índio, comemorado em 19

⁵ Termo adaptado da virada linguística (*linguistic turn*), movimento filosófico do século XX que aproxima a filosofia da linguagem. Para esta corrente filosófica a linguagem é o meio universal para compreender o mundo, uma vez que é pela linguagem que se estabelece a comunicação, a interpretação e, conseqüentemente, a compreensão. Segundo Gadamer (2005, p. 503), “todo compreender é interpretar, e todo interpretar se desenvolve no *medium* de uma linguagem que pretende deixar falar o objeto, sendo ao mesmo tempo, a própria linguagem do intérprete”.

de abril⁶. É comum, nesta data, os professores homenagearem o índio enfeitando o aluno com penas, cocares, arcos e flechas, entre outros apetrechos que remetem o índio a um estado natural, selvagem. Este tipo de representação significa uma ação que minimiza a presença deste sujeito na composição da identidade brasileira. É necessário afastar das salas de aula as ações que remetam o índio a apenas uma figura exótica. É preciso que o aluno entenda o porquê de este dia haver sido escolhido para esta comemoração. É necessário trabalhar com o contexto do surgimento dessa data. É importante que o aluno saiba que essa data é historicamente construída e representa um marco da luta dos povos indígenas pela afirmação de seus direitos.

Outro suporte pedagógico que durante muito tempo permitiu disseminar e reforçar a imagem estereotipada das populações indígenas foi o livro didático. De maneira geral, os livros didáticos abordam a temática indígena em três momentos da História do Brasil: 1º) Os primeiros contatos no século XVI, entre índios e europeus; 2º) As consequências desses contatos: conflitos, aculturação, submissão, extermínio, escravidão indígena e 3º) As Bandeiras, o estudo sobre os bandeirantes remete à escravidão indígena, catequização jesuítica e os aldeamentos.

Nesses três momentos, a presença indígena, dentro de uma perspectiva tradicional, é abordada de maneira eurocêntrica, ou seja, a partir da visão do branco colonizador (europeu) que o vê como o ser exótico e submisso, sujeito passivo que foi escravizado sem nenhuma resistência, ou, quando houve, essa foi quase insignificante. Esta é outra abordagem que precisa ser reinterpretada pela história. É necessário trazer ao aluno informações sobre o processo de colonização a partir da ótica do indígena.

Os textos que compõem o Dossiê “História das Populações Indígenas em Santa Catarina” são resultados de pesquisas e podem auxiliar o professor no trabalho com a temática, uma vez que abordam dois importantes aspectos do trabalho pedagógico. O primeiro, o etnográfico, que retrata a vida das comunidades

⁶ O dia do Índio é comemorado em 19 de abril para lembrar o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940. Neste Congresso reuniram-se diversas lideranças indígenas de toda a América para reivindicar seus direitos. Nos primeiros dias, o Congresso quase fracassou, pois alguns dos líderes desconfiados e resistentes se negaram a participar dos trabalhos. No entanto, no dia 19, o impasse foi resolvido. No Brasil, essa data passa a vigorar a partir de 1943, quando o presidente Getúlio Vargas a instituiu através de um Decreto-Lei.

indígenas. E o segundo, o histórico, que destaca a situação do índio no Brasil desde o período da colonização até os dias atuais.

Os artigos “Índios Guarani: o povoamento em Santa Catarina - entre a Arqueologia e a História” e “Entre o índio real e o imaginado: Políticas públicas e representações no Brasil imperial” configuram fontes de informação sobre a organização social, as práticas culturais, as representações construídas sobre as sociedades silvícolas, a colonização, entre outras informações que podem auxiliar a construção de um novo conhecimento histórico afastado das visões estereotipadas, muitas vezes, imbuídas de preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de revistas como fonte histórica, e em consequência como uma ferramenta pedagógica ao ensino da História, está associado, como já mencionado neste texto, ao movimento de renovação da produção historiográfica, proposto pela *Escola dos Annales*. A influência desta escola promoveu novos contornos à noção de fonte. Assim, tudo que possa revelar informações acerca da atividade humana passa a ser considerado importante para a historiografia. Quanto ao conceito de “fonte” ou “documento histórico”, o historiador francês Jacques Le Goff (1984), afirma ser este todo e qualquer produto humano elaborado no tempo/espço que tenha sido selecionado para estudo a partir da atribuição de sua importância por um pesquisador ou por um professor.

Em outras palavras, tudo o que é produzido pelo homem é passível de ser historicizado. A respeito da diversidade de fontes, o historiador brasileiro Edgar De Decca sinaliza que,

quando um historiador escolhe um tema de estudo, passa a recolher materiais sobre o mesmo. A matéria-prima do historiador são as fontes: documentos oficiais do Estado, publicações em geral (livros, **revistas**, jornais), depoimentos de pessoas, documentos de polícia, laudos médicos, roupas, canções, fotografias, vestígios arqueológicos, enfim, indícios a partir dos quais o profissional de História tentará conhecer melhor seu tema e responder às perguntas que faz a esse tema (DE DECCA et al. 1993, p. 7. Grifo acrescentado).

As fontes históricas devem ser entendidas como formas de expressões que revelam a presença de homens, mulheres, jovens e crianças ao longo do tempo, em diferentes sociedades e culturas (BERUTTI; MARQUES, 2009, p. 60).

A partir da *Escola dos Annales*, a forma de analisar a fonte/documento também foi modificada. Se antes o documento apresentava o passado tal qual aconteceu, hoje ele só fornece as informações se o historiador lhe fizer as perguntas adequadas. Em um poema, por exemplo, podem estar presentes informações sobre as formas de agir e de pensar de uma determinada época, o que pode auxiliar o pesquisador a relacionar, a associar informações locais com a história nacional, ou até mesmo, com a história mundial.

Semelhante à proposta de uso do poema, os textos da Revista História Catarina podem auxiliar e contribuir com a formulação de questionamentos adequados e capazes de dimensionar os conhecimentos históricos local, regional, nacional e mundial.

Apropriar-se da fonte histórica e ressignificá-la conforme o seu objeto de pesquisa é tarefa do historiador. Operar com este recurso, no sentido de ampliar as possibilidades do conhecimento histórico na escola é uma oportunidade que deve fazer parte da formação continuada do professor de História. Sobre as possibilidades de uso de fontes históricas em sala de aula, o historiador Luiz Fernando Cerri afirma que:

Usado com mais sofisticação, o documento [fonte] pode gerar situações-problemas capazes de chamar a atenção e suscitar dúvidas, cuja solução buscada a partir de hipóteses levantadas pelo professor mobilizará a curiosidade e a participação do aluno. Extremamente rico este tipo de atividade reproduz, em outra escala, alguns dos passos obrigatórios do historiador. O documento serve também como elemento provocador, que repõe em questão representações e atitudes do senso comum e até mesmo conhecimentos históricos já cristalizados, estimulando debate, a busca de informações, a elaboração de argumentos (CERRI, 2004, p.68).

O uso de fontes históricas em sala de aula constitui-se em um desafio para o professor, principalmente no que tange à seleção desse recurso e aproximação do mesmo com os conteúdos curriculares. De acordo com Fonseca (2005), as fontes históricas assumem um papel fundamental na prática do ensino de história, uma vez

que são capazes de auxiliar o aluno a fazer diferenciações, abstrações que entre outros aspectos, ainda é uma dificuldade para o desenvolvimento cognitivo.

No processo de ensino e aprendizagem o professor atua como um mediador e, através do diálogo, da socialização e da interação com os alunos, atribui a estes novos significados sobre a história. O professor ainda pode utilizar mediadores culturais (fontes/documentos) tentando aproximar um objeto da história das representações que os alunos formam sobre a história. Assim,

a presença de outros mediadores culturais, como os objetos da cultura, material, visual ou simbólica, que ancorados nos procedimentos de produção do conhecimento histórico possibilitarão a construção do conhecimento pelos alunos, tornando possível 'imaginar', reconstruir o não vivido diretamente, por meio de variadas fontes documentais (SIMAN, 2004, p. 88).

Nesse sentido, as fontes/documentos utilizadas em sala de aula tornam-se uma ferramenta cultural capaz de permitir ao aluno fazer diferenciações entre o passado e o presente através da contextualização e das aproximações às experiências vividas. Todavia, as fontes/documentos não devem ser usadas somente como ilustração, uma vez que possuem uma função específica para o ensino de história. As fontes/documentos devem assumir um importante papel de significação no processo de ensino e aprendizagem da história. Devem possibilitar ao aluno compreender as representações que determinados grupos forjam sobre a sociedade em que viviam, como pensavam ou sentiam, como se estabeleceram no tempo e no espaço. Nessa perspectiva, as fontes, ainda, devem contribuir para que o aluno seja capaz de fazer relações, abstrações que lhe permita realizar a leitura das diferentes temporalidades.

Cumprir este papel a produção textual publicada pela Revista História Catarina uma vez que o propósito desta revista é, para além de disseminar o conhecimento acerca das diferentes e múltiplas temporalidades e dimensões da história catarinense, configurar-se em recurso pedagógico que auxilie o professor na construção do conhecimento da história de Santa Catarina, aproximando esta história dos conteúdos curriculares propostos para o ensino desta disciplina.

Assim, ao apresentar a Revista História Catarina como um recurso a ser utilizado em sala de aula, espera-se que as reflexões propostas ao longo do texto possibilitem ao professor, aquele que realmente preocupa-se em oportunizar a seus

alunos uma aprendizagem histórica, tornar-se um agente no processo de elaboração e reelaboração das aprendizagens significativas em História e em outras áreas do conhecimento, uma vez que se compreende que a disciplina de História deve conduzir o aluno de modo que este perceba que o país que temos hoje, é resultado dos movimentos políticos, sociais e culturais ocorridos ao longo do tempo. A compreensão da História é fundamental para a formação do cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS

BERRUTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. *Ensinar e Aprender História*. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

CERRI, Luiz Fernando. Direto à fonte. *Nossa História*. São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n. 7, p. 66-68, maio. 2004.

CERTEAU, Michel. de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, 9. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DE DECCA, Edgar Salvadori. et AL. *Vestibular Unicamp História*. São Paulo: Globo, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas – SP: Papyrus, 2005.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

_____ ; NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SIMAN, Lana Mara de Castro. O papel dos mediadores culturais e da ação mediadora do professor no processo de construção do conhecimento histórico pelos alunos. In: ZARTH, Paulo a. e outros (orgs). *Ensino de História e Educação*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004.

